

Aprovada na 1063ª sessão

ALADI/CR/Ata 1055
26 de agosto de 2009
Horário: 10h25m às 11h45m

ATA DA 1055ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 1044ª, 1046ª, 1047ª, 1049ª e 1051ª sessões.
 4. Exposição do senhor Embaixador Li Zhongliang, Representante Observador da República Popular da China.
 5. Relatório do Presidente Interino da Comissão de Orçamento por Programas (ALADI/CR/di 3021).
 6. Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos:
 - Projeto de Regulamento da Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/SEC/dt 504.1/Rev. 6).
 7. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Novos Temas (ALADI/CR/di 3022).
 8. Assuntos diversos.
-

Preside:

REGIS PERCY ARSLANIAN

Assistem: Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez e Beatriz Vivas de Lezica (Argentina); Salvador Ric e Jenny Encinas (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli e José Gilberto Scandiucci (Brasil); Hernán Enrique Núñez Montenegro (Chile); Cielo González Villa (Colômbia); Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo e Ivonne Flores Espinoza (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco e Octavio Ferreira Gini (Paraguai); Jorge Antonio Rosado La Torre, Ricardo B. Romero Magni e Jessica Pásara Caycho (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Raquel María Rodríguez Sanguinetti (Uruguai); Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral a.i.: Ricardo Hartstein.

Subsecretário: Oscar Quina Truffa.

PRESIDENTE. Concluída a Sessão Extraordinária, proponho que continuemos com a 1055ª sessão ordinária do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Pergunto se há alguma observação sobre a agenda, composta por oito pontos.

Então, se estivermos de acordo, aprovamos a Ordem do Dia

2. Assuntos em Pauta

...Passamos aos assuntos em Pauta.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, senhor Presidente. Com relação aos assuntos em pauta, cabe destacar uma nota da Representação Permanente do Uruguai, por meio da qual comunica a cessação de funções da senhora María de Luján Barceló. Então, temos aí outra perda.

Isso é o que gostaria de destacar dos Assuntos em Pauta. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado.

3. Consideração das atas correspondentes às 1044ª, 1046ª, 1047ª, 1049ª e 1051ª sessões

...O terceiro ponto é a consideração das Atas correspondentes às 1044ª, 1046ª, 1047ª, 1049ª e 1051ª sessões. A Representação da Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, Presidente. Bom dia. Temos algumas observações formais relacionadas à ata correspondente à 1046ª sessão, as quais entregaremos à Secretaria.

PRESIDENTE. Obrigado. A Secretaria tomou nota?

O Embaixador do Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Gostaria de revisar as atas, o que, lamentavelmente, não fiz.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Ofereço a palavra ao Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. No mesmo sentido, o Peru tem algumas modificações de forma, de redação, nada mais. Obrigado.

PRESIDENTE. Em qual ata?

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Na 1046.

PRESIDENTE. 1046. Obrigado, Peru. A Secretaria também tomou nota.

4. Exposição do senhor Embaixador Li Zhongliang, Representante Observador da República Popular da China

...Passamos para a exposição do Embaixador Li Zhongliang, Representante Observador da República Popular da China.

Damos as boas-vindas ao Embaixador Li Zhongliang, Representante Observador da República Popular da China, e lhe oferecemos a palavra. Muito obrigado, Embaixador.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (Li Zhongliang). Bom dia.

Excelentíssimo senhor Presidente, senhores Embaixadores colegas, amigas e amigos. Para mim, é uma grande honra poder desfrutar um dia de trabalho nesta atmosfera de irmãos, amigos e de colegas, poder intercambiar nossas ideias e o que pensamos para o futuro do mundo e dos diferentes países da zona.

Aproveito a oportunidade, com minha capacidade limitada do idioma espanhol, para apresentar aos senhores as ideias do Governo do Povo Chinês a respeito da política e das relações bilaterais entre a China e a América Latina e o Caribe.

Senhor Presidente, senhor Secretário-Geral, colegas; durante mais de cinco mil anos da história, a Nação Chinesa fez grandes esforços para a civilização do mundo, através de uma longa história da sociedade feudal, por um caminho zigzagueante, sobretudo desde 1840, na Guerra do Ópio, até agora, uns 160 anos. O povo chinês se esforçou muito para realizar a recuperação da Nação, para ter uma mudança radical da Nação, de seu povo.

Durante estes anos, não houve um velho império que não tenha invadido a China. Em 1911, 98 anos atrás, com a Revolução de 1911, o povo chinês pôde derrocar e erradicar radicalmente o sistema feudal. Assim começou uma nova história na China.

Sessenta anos atrás, em 1949, foi fundada a nova República Popular da China, por meio de um grande esforço de todo o povo chinês em busca de um caminho para que pudesse desfrutar uma vida cômoda, e também tivemos que recorrer um caminho com muitas experiências e lições.

Em 1978, o grande líder do povo chinês, o famoso senhor Deng Xiaoping, iniciou uma nova política de reforma e abertura. Desde então, a China vem mudando. Cito uma cifra como exemplo: do ano de 1978 ao ano de 2008, o ingresso bruto total da China havia passado de 140 bilhões a 4 trilhões. É uma grande mudança.

Também a população pobre sofreu uma redução de mais de 200.000. Pode-se dizer, através de um grande esforço, que o povo chinês mudou muito sua vida. Também fez algo progressivo para o desenvolvimento mundial. A China é um país em via de desenvolvimento, com responsabilidade.

No decorrer dos 30 anos de reforma e abertura, a China mudou muito. O poderio integral nacional também vinha subindo, mas temos que ver claramente que a China, mesmo que tenha alcançado sucessos, ainda é um país em vias de desenvolvimento. Seu ingresso per capita no mundo ainda está atrás de mais de cem países. O povo chinês ainda leva uma vida não muito abundante. Enfrentamos muitos problemas e muitas questões para resolver, para mudar radicalmente a China, e para melhorar a vida do povo necessitamos ainda um esforço duradouro, persistindo para sempre na política de reforma e abertura.

O desenvolvimento da China não pode ser separado do mundo. Estando no desenvolvimento pacífico, a China também dá muita importância, muita atenção, à zona da América Latina e Caribe.

Há tempo que a China tem ótimas relações com os países latino-americanos e o Caribe. A China está muito distante da América Latina, há uma distância geográfica muito grande, mas é possível remontar a amizade há muitos séculos.

Segundo os historiadores, na década 70 do Século XVI, os mensageiros chineses já haviam atravessado o Pacífico, abrindo um caminho marítimo da China, Filipinas até o México. No início do século XIX, milhares de operários chineses, que chamamos de Cully, chegaram à América Latina, para construir trens, cavar canais, explodir minas, cultivar canas de açúcar junto com o povo latino-americano. Nesta terra, estes chineses levavam uma vida comum junto com o povo latino, e também haviam feito grandes contribuições para a emancipação do povo latino-americano.

Na capital de Cuba, em Havana, há um monumento de mais de dez metros de altura, onde estão inscritas as palavras do general Gonzalo: “Entre os chineses que estão em Cuba, não há um soldado desertor, não há um traidor”. As relações oficiais entre a China e a América Latina podem ser remontadas também até o Século XIX. Em 1875, 1881, 1889, o Governo da Dinastia Qin havia estabelecido relações diplomáticas com o Peru, Brasil e México, e o Governo da Dinastia Qin também estabeleceu relações diplomáticas com Cuba no ano de 1902. Depois da República, os Governos de Pequim e de Nanjing haviam estabelecido relações diplomáticas com treze países latino-americanos.

Há tempo que, entre o povo chinês e o povo latino-americano, existe grande interesse mútuo, e nos damos mutuamente grande importância. O povo chinês dá importância e elogia muito o povo latino por seu espírito independente e auto-sustentável, e o povo chinês também sente muito orgulho dos progressos obtidos pelo povo latino-americano.

Hoje em dia há, entre a China e os países latino-americanos, muitos intercâmbios:

Primeiro, mantemos contatos com os Chefes do Governo. O atual Presidente da China visitou a América Latina em 2004 e em 2008, e os Chefes de Estado de Governo dos países amigos latino-americanos visitaram a China.

Em 1994, a China foi país Observador da ALADI. Em 2004, a China foi Observador da OEA, e, em 2009, foi membro do Banco de Desenvolvimento da América. A China também mantém um sistema de mecanismo de consulta com o Grupo do Rio, com o MERCOSUL, com o Grupo Andino, e com os países do Caribe.

Segundo, as cooperações econômicas entre a China e os países latino-americanos também tiveram grandes progressos. Darei alguns exemplos. Não sou muito bom em cifras: em 1979, o comércio total entre a China e a zona da América Latina era de 1 bilhão de dólares, em 1990 esta cifra subiu para 2,3 bilhões de dólares.

Hoje em dia, até 2007, a soma total de comércio entre a China e os países latino-americanos já ultrapassa 100 bilhões e 500 milhões de dólares. Com somente um país, o Brasil, já chega agora a aproximadamente 60 bilhões de dólares. Eu trabalhei no Rio entre 2003 e 2006, como Cônsul Geral da China no Rio. Naquele então, a meta do trabalho da Embaixada, relacionada à parte comercial entre a China e o Brasil era de 10 bilhões, mas hoje, depois somente de dois anos, três anos, já subiu muito.

Quanto aos investimentos, agora a China tem mais de 20 bilhões de dólares nos países latino-americanos, e hoje a China se tornou o terceiro parceiro dos países latino-americanos.

Terceiro, a China mantém muitos intercâmbios culturais, científicos, e de educação. Não mencionarei tudo, mas gostaria de aproveitar a oportunidade para repetir uma posição da China a respeito da política exterior com os países da América Latina e do Caribe.

No final do ano de 2000, o Governo chinês emitiu seu primeiro documento de política sobre a América Latina e Caribe. Lerei o trecho principal, na íntegra, do documento sobre a política da China para a América Latina e Caribe:

“O mundo de hoje se encontra em grandes mudanças e ajustes, sendo a paz e o desenvolvimento as temáticas de nossos tempos, a multipolarização do mundo torna-se irreversível. A globalização econômica se desenvolve em aprofundar a base e o desenvolvimento do mundo, enfrenta tanto novas oportunidades como numerosos desafios. O compartilhar as oportunidades de desenvolvimento e fazer frente comum às diversas metas, o fomento da sublime causa da paz e o desenvolvimento da humanidade concerne aos interesses fundamentais dos povos, constituindo também sua aspiração comum.

Seguindo invariavelmente o caminho do desenvolvimento pacífico e a estratégia de abertura baseada no benefício recíproco e a ganância compartilhada. A China, o maior país em via de desenvolvimento do mundo, está disposta a desenvolver a amizade e a cooperação com todos os países, baseada nos cinco princípios de coexistência pacífica, a fim de promover a construção de um mundo harmonioso de paz, duradoura e prosperidade compartilhada. Fazendo parte importante do conjunto de países em vias de desenvolvimento, a América Latina e o Caribe constituem uma força relevante no atual cenário internacional. As novas circunstâncias trazem novidades, renovadas oportunidades de desenvolvimento para as relações sino-latino-americanas e sino-Caribenhas.

A elaboração, pelo Governo chinês, do documento sobre a política para a América Latina e o Caribe tem como propósito manifestar com maior clareza os objetivos da política chinesa para a região. Propor os princípios reitores da cooperação nas diversas áreas durante um determinado período do futuro e promover o contínuo desenvolvimento saudável, estável e integral das relações sino-latino-americana e sino-caribenha.

Contando com uma longa história e imensa extensão geográfica, abundantes recursos naturais e excelentes bases de desenvolvimento sócio-econômico, a América Latina e o Caribe estão totalmente dotados de um grande potencial de desenvolvimento. As nações latino-americanas e o Caribe exploram ativamente os caminhos de desenvolvimento ajustados a suas realidades nacionais, mantendo a estabilidade política e registrando um crescimento econômico sustentável com a constante melhora do nível de vida de sua população.

Abrigando fortes aspirações à unidade e ao auto-fortalecimento, os países latino-americanos e caribenhos estão envolvidos na promoção da paz, na estabilidade e no desenvolvimento regional, que resulta no constante robustecimento do poderio integral e da influência internacional da região. Ao participar ativamente dos assuntos internacionais, os países latino-americanos e caribenhos contribuíram com positivas contribuições à preservação da paz mundial e à promoção do desenvolvimento compartilhado como um papel a desempenhar na área internacional e regional cada vez mais relevante.

Apesar da grande distância geográfica, unidas por uma amizade de longa data entre seus povos, a China e a América Latina e o Caribe estão, atualmente, em fases similares de desenvolvimento, compartilhando as mesmas tarefas emanadas destas, e o desejo comum de aumentar o conhecimento mútuo e fortalecer a cooperação.

Durante mais de 20 anos, desde a programação da nova China em 1949, predominavam nas relações sino-latino-americanas e sino-caribenhas os contatos não governamentais. Até as décadas de 70 e 80 do século passado, a China chegou a estabelecer relações diplomáticas com a maioria dos países da região. Na década 90, foi testemunha do notável desenvolvimento da amizade e cooperação sino-latino-americana e sino-caribenha em múltiplas áreas.

Desde o começo do século XXI, tornam-se ainda mais frequentes os contatos de alto nível entre a China e a América Latina e o Caribe. Aprofunda-se cada vez mais a mútua confiança no político, aprofunda-se continuamente a cooperação nas áreas econômico-comercial, científica, tecnológica, cultural e educacional, entre outras, e se fornece um apoio recíproco e uma estrita colaboração nos assuntos internacionais, de maneira que vem se configurando um flamante panorama caracterizado pelo desenvolvimento omnidirecional, multifacetado e de múltiplos níveis das relações entre ambas as partes.

A amizade e a cooperação entre a China e a América Latina e o Caribe correspondem aos interesses fundamentais de seu povo; frente ao futuro, os laços sino-latino-americanos dotados de enormes potencialidades e promissoras perspectivas de desenvolvimento darão, sem dúvidas, maiores contribuições à nobre causa da paz e ao desenvolvimento e à cooperação, ao desenvolvimento da humanidade e à cooperação entre ambas as partes”.

Prezados colegas, senhor Presidente, senhor Secretário, a China e os países latino-americanos têm um grande futuro em cooperação em todos os aspectos, não somente no âmbito político e no comercial, mas também no cenário internacional, no intercâmbio de alta tecnologia em muitas partes.

Queria também informar aos senhores que no mês passado voltei à China para participar da Décima Primeira Conferência dos Embaixadores da China, em Pequim. Mais de 200 Embaixadores e côsules-gerais estiveram presentes. Na Conferência, participei do estudo do grupo dos Embaixadores chineses na América Latina e posso lhes dizer, francamente, que todos os Embaixadores chineses na América Latina, onde se fala espanhol, falam melhor que eu. Os Embaixadores todos se sentem muito felizes, muito contentes, e com um grande futuro para trabalhar com os países amigos, irmãos da América Latina. Cada um tem plena confiança.

Não penso em roubar-lhes demasiado seu tempo, quero agradecer ao senhor Presidente, ao senhor Secretário-Geral Interino e aos amigos colegas Embaixadores, novamente, e queria expressar que sou o Embaixador da China e trabalho para o Governo e o povo chinês, e também trabalho para o povo onde estou, para o povo dos membros da ALADI. Quero ter um progresso, um intercâmbio em benefício sempre mútuo, e que progredamos juntos, e que façamos juntos aportes para o desenvolvimento, a paz duradoura e a cooperação mundial, sendo servidor do povo de todo o mundo. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Li Zhongliang. Deveria dizer que seu espanhol é muito bom, muito bom, inclusive melhor que o espanhol da Delegação do Brasil aqui na ALADI.

Devo dizer que quando olhei seu discurso todo em chinês disse “o Embaixador Li Zhongliang lerá seu discurso em chinês, o que vamos fazer?” e procurei para ver se tinha tradução simultânea.

Queríamos agradecer muito suas palavras, Embaixador. É admirável e realmente impressionante o que a República Popular da China fez em tão pouco tempo, quanto à construção e ao crescimento. São impressionantes os dados de comércio aos quais o senhor se referiu, que na década de 90 o comércio com a América Latina era de 2,3 bilhões, e que em 2007 chegou a 100 bilhões, isso é uma coisa impressionante.

Nós, Embaixador, aqui na ALADI, fizemos um esforço muito grande para a integração latino-americana também. Trabalhamos nos últimos meses de uma maneira muito positiva e muito construtiva para ver se também melhoramos ainda mais os laços, as relações comerciais entre nós. Convencidos que o comércio não deixa de ser um fator que ajuda o desenvolvimento, e que ajuda, sobretudo, a integração.

Incorporamos a nossa agenda de trabalho –muito recentemente, na reunião do Conselho de Ministros há um ano, um pouco mais de um ano- uma agenda social também, convencidos, Embaixador, que o crescimento econômico, o crescimento comercial pode desenvolver uma integração ainda melhor e mais aperfeiçoada se nos preocupamos também com uma agenda social para a integração.

De fato, neste momento, aqui, na integração latino-americana, dentro da Associação, já temos dos Ministros um mandado e diretrizes muito claras para perseguir esses dois caminhos; o caminho da integração comercial sem deixar de lado uma agenda social.

Tivemos agora mesmo, há pouco tempo, uma conferência da dimensão social, quando foram discutidos vários pontos, várias vertentes de como o desenvolvimento social poderia ajudar a integração, aqui entre nós, os países latino-americanos, e teremos, dentro de um

mês ou dois meses, a Conferência de Avaliação e Convergência, que está voltada a dar cumprimento às diretrizes e aos mandados em termos de comércio, em termos econômicos, em termos também da parte da dimensão social, que foram decididos e determinados, estabelecidos, por nossos Ministros há um ano e meio.

Então, agradecemos muitíssimo ao senhor. Foi uma ótima oportunidade para conhecer um pouco melhor o que foi feito na China, e também a atitude que a China tem para o mundo e para a América Latina e o Caribe. Agradecemos muitíssimo por essa oportunidade, Embaixador. Muito obrigado.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (Li Zhongliang). Obrigado aos senhores.

5. Relatório do Presidente Interino da Comissão de Orçamento por Programas (ALADI/CR/di 3021)

PRESIDENTE. Bem, com a exposição do Embaixador Li Zhongliang, passamos para o quinto ponto de nossa agenda, que é o Relatório do Presidente Interino da Comissão de Orçamento por Programas. Ofereço a palavra ao Ministro Raimondi, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, senhor Presidente. Os senhores Representantes têm em sua pasta um documento: documento informativo 3021, que contém o relatório de duas reuniões da Comissão de Orçamento que coube a mim presidir, uma em 6 de agosto e outra em 14 de agosto, das quais quero fazer uma síntese em relação aos temas tratados, dividindo-os em dois grupos. Um, os temas diferentes das questões das remunerações, e outro, a problemática das remunerações.

A ordem do relatório, tal como está apresentado, é diferente, mas no que se refere aos temas gerais, na Comissão, nestas últimas duas reuniões, tratamos, a pedido de algumas Representações, da composição do Fundo de Capital de Trabalho.

Várias Representações manifestaram curiosidade ou necessidade de saber como se havia ido integrando, nos anos recentes, o Fundo de Capital de Trabalho, ou seja, de onde saíam excedentes, de que posição, de que itens do orçamento que terminavam sendo derivados a este Fundo. Então a Secretaria preparou um quadro onde, claramente, são detalhados item por item os excedentes que houve, e o crédito disponível nesse fundo em 29 de julho deste ano. Esta informação será apresentada regularmente a partir de agora pela Secretaria.

Outra questão que merece ser destacada é que, ao ser considerado o documento também habitual do andamento das atividades do orçamento por programas, várias Representações fizeram comentários sobre a necessidade de que tenhamos alguma metodologia, alguns indicadores de avaliação da gestão que permitam conhecer objetivamente o grau de cumprimento ou descumprimento das diferentes atividades que estão no orçamento. Aquelas também que têm um caráter geral, que nunca se pode dizer que estão cumpridas, e que estas considerações são necessárias para melhorar a qualidade da gestão na Associação, e deveria ser feito um debate sobre esta questão ao ser elaborada a proposta de orçamento para o ano 2010, de modo a ter mais profundidade na avaliação, na análise *a posteriori* sobre o que se fez com os recursos destinados para cada atividade e qual é o grau de sucesso ou de cumprimento dos objetivos que se propõe.

Então, a Comissão trabalhará nesses temas, junto com os diferentes Grupos de Trabalho. Outras duas questões que foram tratadas são a problemática do software com que se trabalha na Secretaria-Geral, onde, em alguns casos, não estão regularizadas as licenças que correspondem ao uso desse software, e aí se falou da necessidade de

contratar uma Consultoria externa para avaliar a possibilidade de migrar dos programas utilizados atualmente a outro tipo de software similar, mas de acesso livre, o que evitaria, no futuro, ter que enfrentar o custo da compra de licenças para os diferentes tipos de software, então a Secretaria vai avançar nesta direção.

Outro aspecto que também tem impacto orçamentário: solicitou-se à Secretaria que renovasse as gestões para conseguir a exoneração do IVA, que, hoje em dia, está sendo aplicada pelo Governo sede nas compras realizadas pela Secretaria-Geral.

Isto em relação ao primeiro grupo de temas que mencionei. Quanto ao segundo grupo, relativo a remunerações, os senhores já sabem que a Comissão está analisando três assuntos relativos aos salários ou aos ingressos de seu pessoal, do pessoal da Secretaria-Geral: por um lado, uma proposta de realizar um ajuste nas remunerações das três categorias mais baixas do pessoal da Secretaria.

Uma proposta para a cessão de um bônus compensatório, semelhante ao outorgado no passado, tendo como objetivo compensar a perda do poder aquisitivo sofrida desde a cessão do bônus concedido no meio do ano passado.

Depois, uma questão mais de fundo, que é um mecanismo de ajuste das remunerações, que tenha um caráter permanente e que satisfaça o oportunamente proposto na Resolução 8 do Conselho de Ministros do ano de 80.

Para a análise destes três pontos. Da questão de remunerações em geral, o contexto no qual se trabalha é, por um lado, uma definição muito clara das Representações em relação ao fato de que não há possibilidade de aumentar as cotas. Os países não estão em condições de enfrentar um aumento de suas cotas, pelo menos em curto ou médio prazo, das contribuições para a Associação.

Isto é um aspecto do contexto, outro é a situação real das remunerações, a evolução que teve, fruto da inflação no país sede, e a evolução do tipo de câmbio do dólar com respeito ao peso uruguaio.

Depois, outro elemento importante do contexto é, do ponto de vista jurídico, a existência de uma demanda apresentada por vários funcionários, um grupo de 43 funcionários da Associação, que apresentou uma reclamação onde se solicita, por um lado, que se dê cumprimento a esta Resolução 8 do Conselho de Ministros mencionada antes. Solicita-se a instrumentação de um mecanismo de ajuste das remunerações, bem como a cessão de uma compensação que permita satisfazer a perda do poder aquisitivo durante o ano 2009.

Neste contexto, então, a Comissão trabalha, enfrenta o desafio de procurar alternativas que impliquem melhorar as remunerações, mas sem tocar os ingressos da Associação. Para isso, uma possibilidade seria recorrer ao Fundo de Capital de Trabalho. Agora, a dúvida que se apresenta é se este recurso é sustentável no tempo ou se seria somente uma solução transitória. Outra opção poderia ser racionalizar distintos itens do orçamento, diferentes das remunerações, mas que esta racionalização não afete o cumprimento das atividades, que são as sustâncias do que se trabalha na Associação, e onde é importante contar com o respaldo da Secretaria-Geral. E outra alternativa que também foi considerada é a de não preencher vagas no pessoal, para encontrar recursos para uma eventual melhoria das remunerações.

Tivemos também, na última reunião da Comissão, a visita de um grupo de funcionários da Associação, que reúne empregados da Secretaria-Geral, a AFALADI, quando pudemos intercambiar opiniões sobre as diferentes alternativas referentes ao mecanismo de ajuste, entre os estudos realizados para ter elementos de juízo nas deliberações da Comissão, solicitou-se que se trabalhe na alternativa da conversão a pesos de algumas categorias. Não as categorias internacionais, mas sim o restante das categorias, que em vez de receber os salários em dólares, recebam-no em pesos.

A este respeito, os funcionários nos indicaram que a maioria de seus associados preferiria não avançar nessa direção, que existem dificuldades, sobretudo com a existência de compromissos assumidos em dólares pelos funcionários que se endividaram, por exemplo, com o Fundo de Previsão que existe aqui na Associação, e que também vislumbram que existiriam complicações com os aportes que eles realizam a esse Fundo de Previsão se os seus salários fossem convertidos a pesos no futuro.

No mesmo sentido, o advogado com o qual a Secretaria habitualmente consulta as questões trabalhistas manifestou que, se não houvesse um consentimento da parte empregada, poderia dar lugar a reclamações, ou à consideração de que o contrato de trabalho poderia dar-se por terminado em caso de uma modificação unilateral da moeda em que são remuneradas as atividades na Secretaria, então, em princípio, essa alternativa que foi explorada e trabalhada com muitos insumos, com muitos elementos de juízo pelos funcionários que colaboram com a Comissão, em princípio, essa alternativa da conversão a pesos ficaria descartada.

Para as reuniões futuras, a pedido da Presidência interina da Comissão, propôs-se que as Representações considerassem, por um lado, dar lugar à proposta de aumentar as remunerações das categorias mais baixas, as que são denominadas A1, A2 e A3. Dar lugar também à cessão de um bônus compensatório para equiparar o poder aquisitivo ao poder aquisitivo da última cessão deste bônus no ano passado, e, um mecanismo de ajuste com determinadas características que poderiam satisfazer o proposto na Resolução 8 do Conselho de Ministros.

Para isto, várias Representações assinalaram que há dúvidas sobre a ansiedade ou a conveniência de tomar decisões antes de saber a decisão do Tribunal Administrativo quanto à demanda que mencionei antes de um grupo de funcionários. A esse efeito, solicitou-se o assessoramento, tanto da área jurídica da Secretaria, como do assessor trabalhista, do advogado do foro local, especialista em matéria trabalhista com o qual a Secretaria costuma trabalhar. Então, estas questões estão pendentes, e a Comissão vai continuar trabalhando nessa linha.

Também quero aproveitar a intervenção, senhor Presidente, para fazer um ajuste no relatório, neste documento informativo 3021 mencionado ao princípio, que, por erro do Presidente, por meu erro, foi publicado desta maneira. Se os senhores me permitem, na página 5, no final diz: "As Representações acordaram dirigir o trabalho", ali deveria dizer, e peço à Secretaria que tome nota, "A pedido da Presidência interina da Comissão, as Representações acordaram considerar as seguintes ações:" e no ponto 1, até o final do parágrafo diz: "com base neste critério, a Secretaria publicou o documento..." toda essa oração deveria ser eliminada. Peço à Secretaria que faça estes ajustes, e aí então ficaria refletido o trabalho da Comissão nestas últimas duas reuniões. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Ministro Raimondi. A Secretaria tomou nota dos ajustes em seu relatório. Pergunto se há algum comentário. Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria), Obrigada, Presidente. Em primeiro lugar, para agradecer à Secretaria a síntese que fez de ambas as reuniões, e, particularmente, ao nosso Presidente a.i. da Comissão. Realmente, gostaria de aproveitar a reconhecer frente ao Comitê de Representantes o esforço que está fazendo a Representação da Argentina, particularmente, o Ministro Raimondi neste trabalho, que foi extenso, mas, sobretudo, com um nível de complexidade muito amplo. Nossa Representação quer fazer esse reconhecimento pelo esforço que o Ministro Raimondi e seus colegas estão fazendo.

Agora, com relação ao relatório, Presidente, estas observações feitas pelo Presidente da Comissão ao final, quanto às considerações que tiveram lugar na Comissão, satisfaz-nos, porque, no entendimento de minha Representação, o tema do sistema de ajuste salarial para os funcionários tem pontos a serem analisados. O relatório e as reuniões, sobretudo, a última reunião, consideraram, ou seja, um grupo de Representações considerou a possibilidade de contar com uma consultoria contável que pudesse estabelecer alguns elementos. Outras Representações, em particular a minha, apresentaram também a possibilidade de dar alguns elementos com relação a alguma das variantes propostas na mesa de trabalho, e então esse é o estado em que nós consideramos o trabalho da Comissão para esta questão.

Ou seja, consideramos que embora tenhamos avançado em alguns elementos, ainda, infelizmente, não temos um caminho específico para definir a solução desta problemática. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Cuba. O Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Da mesma forma que Cuba, também gostaria de expressar a importância que a Delegação do Brasil dá a este tema, e agradecer muito o relatório apresentado pela Representação da Argentina, pelo Ministro Daniel Raimondi.

Eu estou de acordo com a avaliação que, de fato, é um tema de muita complexidade que requer um trabalho continuado no âmbito da Comissão, mas um trabalho com uma perspectiva de chegar a algum resultado quanto antes, e gostaria de agradecer ao colega Daniel Raimondi pelo trabalho que vem desenvolvendo, particularmente em relação com o sistema de ajuste das remunerações, um sistema permanente, que talvez seja o tema mais difícil que estamos discutindo em relação a isto, porque envolve todo um pensamento sobre como isto vai funcionar, não somente neste ano ou no próximo ano, mas por um período longo, e acredito que os pontos que estão reunidos neste documento são úteis no sentido de que ajudam a fazer uma primeira elaboração a partir do que foi discutido.

Obviamente, é uma lista que não está acordada, nem todos os elementos relevantes estão incluídos aqui, e nem sequer todos os que estão aqui têm o acordo de todas as Representações, mas acredito que é útil, e vai nos ajudar a seguir adiante nesta discussão no âmbito da Comissão de Orçamento, somente para deixar registrados estes pontos. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Brasil. O Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Felicito, primeiramente, o trabalho da Comissão do Ministro Raimondi, e concordo com os critérios do Brasil.

Acredito que é necessário aprofundar, e o importante é, em algum momento, constituir um sistema de ajuste salarial, e não que periodicamente sejam propostos bônus, aumentos, e que isso seja negociado. Se já houvesse um mecanismo institucionalizado, evitaria esses problemas. Este tema tem que ser relacionado à reestrutura, à proposta da reestrutura da ALADI, que para mim deveria ser o tema principal do novo Secretário-Geral, o tema primeiro.

Há o esforço apresentado pelo Secretário-Geral Saguier, mas que nunca foi discutido. Acredito que devemos analisar isso, e temos que unir aos critérios do novo Secretário, os nossos. Não pode haver uma reestrutura baseada em cada Secretário-Geral, a instituição não se adéqua a um Secretário-Geral, mas ele pode pôr sua marca, seu grão de areia dentro da problemática presente e dos problemas, digamos, das propostas de reestrutura.

Acredito que o tema central são os mandados do Décimo Quinto Conselho de Ministros. Esses mandados pressionam ou levam a uma necessidade de recursos humanos. Essa necessidade de ver se há pessoas que, digamos, estejam mal colocadas, há pessoas que faltem, pessoas que sobrem, pessoas que poderiam ocupar outra responsabilidade de acordo com os requerimentos dos desafios da ALADI.

Então, penso que não devemos separar este tema das metas da ALADI e da necessidade de uma infra-estrutura para que a Secretaria possa funcionar adequadamente em relação com seus objetivos, do contrário estamos desconectados, vendo o problema dos recursos humanos de forma isolada, como se fosse o centro da problemática. Eles são parte da problemática, mas não o centro.

Portanto, junto com a preocupação da Argentina e do Brasil, eu pediria que considerássemos, como Comitê, o tema de estudar o que foi organizado pelo Secretário-Geral anterior, mais um prazo que dermos, curto, de um mês, no máximo um mês e meio, de acordo ao que resolvemos anteriormente, conhecer esse tema medular, resolver esse tema. Não estamos pedindo que seja atrasado por mês, mas, esse é o tema central, que vai nos assinalar quais recursos humanos requeremos, com base nos objetivos que a ALADI se propõe. Não estou dizendo que devemos esperar a Conferência de Avaliação e Convergência, porque já vimos que há questões urgentes e que é necessário tomar decisões, mas elas devem ser tomadas em função das necessidades, pelo menos do mandado de Ministros, que é Norte que temos. Nosso Norte não são os requerimentos, as pressões, as necessidades dos trabalhadores e empregados, que estão bem, mas conectemos os dois temas, não o façamos por separado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Equador. Passo a palavra ao Secretário-Geral Interino, que tem um anúncio para fazer.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, Presidente. Para informar ao Comitê que o Tribunal, em cumprimento do disposto no Artigo 11 da Resolução 275, e dentro do prazo previsto, emitiu o ato interlocutório correspondente.

Neste ato interlocutório, o Tribunal dispôs: 1) A admissão, por unanimidade, dos recursos apresentados. 2) Acumular em um mesmo expediente os 43 recursos, por estarem todos referidos ao mesmo ato administrativo complexo e utilizarem idênticos argumentos e fundamentos para sustentá-los. 3) Conferir o traslado à Secretaria-Geral pelo término de dez dias para que o responda e ofereça as provas pertinentes e acompanhe os antecedentes do caso, e, por último, que a Secretaria do Tribunal assine e date o mencionado ato interlocutório.

Com isto, começam a correr os prazos. Nós temos um prazo de dez dias para apresentar um documento escrito com a posição da Secretaria a respeito da reclamação destes funcionários.

Somente isto, para informar que o Tribunal se declarou competente e que começam a correr os prazos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. O Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Seria bom que a Secretaria-Geral elevasse uma proposta ou um critério ao Comitê, porque, em última instância, este não é um problema da Secretaria-Geral, é um problema do Comitê. Havendo essa urgência, havendo esses prazos, então temos que reunir-nos em coerência ou com a rapidez que demande essa petição, mas a Secretaria-Geral tem que agir quanto antes possível e evocar, e submeter a nossa consideração, porque, segundo o que estive entendendo em uma análise que fizemos sobre este tema, acredita-se que o manejo dos recursos humanos somente é um problema da Secretaria. As decisões fundamentais são do Comitê, e, portanto, o quanto antes o Comitê tem que ter conhecimentos desses fatos, dessas propostas.

PRESIDENTE. Há uma proposta feita pelo Equador. Pergunto-me, e pergunto ao Equador, se a Comissão, antes do Comitê, não poderia já examinar este ditame do Tribunal, e depois sim passá-lo para nós. Estando de acordo ao pedido da Comissão, o Presidente da Comissão consideraria esta questão, o ditame do Tribunal, à luz do que já está sendo feito. Ministro Raimondi, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, Presidente. Acredito que é muito relevante a questão de envolver as Representações nestes assuntos, por isso, deve-se procurar a forma de conseguir fazer isso sem que haja demoras ou complicações no cumprimento dos prazos, que são peremptórios, e onde a não apresentação do documento escrito por parte da Secretaria teria consequências negativas para os interesses da Associação.

Também é importante analisar a questão da prescindência ou da independência de critério entre aqueles que vão elaborar o documento escrito da posição da Secretaria e aqueles que estão envolvidos na demanda. Ou seja, cuidar que não haja conflito de interesses naqueles que vão participar deste trabalho, não é certo? Acredito que sim, que a Comissão de Orçamento pode perfeitamente se envolver neste tema. Pergunto-me se o Grupo de Assuntos Jurídicos e Institucionais não teria relação também, mas, da minha parte, existe toda a disposição de colaborar. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Ministro Raimondi.

6. Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos:

- Projeto de Regulamento da Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/SEC/dt 504.1/Rev. 6)

...Não havendo mais comentários sobre este ponto, passaria, então, ao ponto seis da nossa agenda, que é o relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos. Passo a palavra ao Ministro Brito, do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. O relatório que tenho que apresentar refere-se ao trabalho realizado, no âmbito de Alternos, para a elaboração de um projeto de Regulamento para a Conferência de Avaliação e Convergência. Este projeto foi discutido entre os Alternos ao longo de várias reuniões, em um período de várias semanas, inclusive antes que o Brasil assumisse a Coordenação do Grupo de Alternos e do Comitê de Representantes.

Chegamos a um projeto de Regulamento. A boa notícia é que chegamos a um consenso no âmbito de Alternos, sobre um texto que está contido no documento incluído nas pastas, o ALADI/SEC/dt 504.1/Rev.1.

Queria registrar o agradecimento à Secretaria, que trabalhou muito ajudando-nos nas sucessivas mudanças que este projeto sofreu até chegar a um texto que pudesse reunir o consenso das doze Representações. Sobretudo, no início deste processo, tomaram-se como inspiração, em grande medida, os regulamentos aprovados nas sessões já realizadas da Conferência. Mas, é importante assinalar que as reuniões já realizadas foram sempre sessões extraordinárias da Conferência de Avaliação e Convergência, e a que será realizada em outubro será a primeira sessão, o primeiro período de sessões ordinário deste órgão. Isto resulta em uma importância maior ao texto do projeto de Regulamento, porque desta vez se estará aprovando não unicamente um regulamento para uma sessão, mas sim o Regulamento da Conferência de forma permanente.

Bem, o texto foi distribuído, já foi acordado em Alternos, e me parece também interessante assinalar que o entendimento na reunião de Alternos era de que o elevássemos aqui a este Comitê, para que ficasse registrado um acordo do Comitê e das doze Representações em relação ao texto do projeto elaborado, mas que a aprovação definitiva, final, do projeto, dar-se-ia naturalmente pela própria Conferência ao iniciar seus trabalhos, de forma que a aprovação pelo Comitê teria o caráter de uma recomendação de um projeto à Conferência.

Então, me permitiria sugerir que além de que fique constância em ata do acordo das Representações em relação ao texto apresentado, que seja distribuído -se, de fato, houver a conformidade de todos- pela Secretaria oportunamente, já como um documento da Conferência, como o projeto de Regulamento que será então considerado pela Conferência no início de seus trabalhos.

Era o que tinha a informar. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Brasil. Então, se o Comitê estiver de acordo, consta em ata o fato de que o Comitê está de acordo com o projeto de Regulamento e que o elevará à Conferência de Avaliação e Convergência para sua aprovação. Estamos de acordo com isso? Penso que sim.

7. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Novos Temas (ALADI/CR/di 3022).

...Então, passamos ao ponto sete da agenda, que é o relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre novos temas.

Houve uma reunião, realizada no dia 18, com um relatório e resultados. Então, passo a palavra ao México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Muito obrigada, senhor Presidente.

Com base na encomenda do Comitê de Representantes aos Grupos de Trabalho para voltar-se à implementação das Resoluções do Conselho de Ministros, o Grupo de Trabalho sobre Novos Temas realizou sua segunda reunião deste ano, 18 de agosto, como o senhor mencionou. Em tal ocasião, foi considerada a conveniência de aprovar uma atividade programada para 2009 em matéria de serviços, para dar continuidade a vários eventos que foram realizados na Associação nos últimos anos, e, desta maneira, poder contar com a participação de funcionários governamentais especialistas em matéria de serviços para a elaboração de um roteiro para a implementação da Resolução 72 (XV) do Conselho de Ministros.

O Grupo de Trabalho analisou a possibilidade de realizar uma reunião de funcionários governamentais especialistas em matéria de serviços entre 21 e 23 de outubro na sede da Associação, para a qual, em alguns minutos, a Secretaria distribuirá um projeto de Acordo com a finalidade de que pudéssemos realizar a mencionada convocatória.

Na reunião do Grupo de Trabalho, a Secretaria distribuiu vários documentos relativos a esta reunião. Os mesmos serão ajustados pelo Grupo de Trabalho em sua próxima reunião, e se referem fundamentalmente à agenda, aos termos de referência para a realização da mencionada reunião e a um documento que o Grupo solicitou à Secretaria-Geral, que seria a base para o desenvolvimento desta reunião. Os mencionados documentos, como comentava, senhor Presidente, serão ajustados na próxima reunião do Grupo de Trabalho.

Nessa reunião realizada no dia 18 de agosto, também foi feita uma revisão do programa de atividades 2009. O Grupo tomou conhecimento de que não foi possível concretizar a cooperação externa para a realização de várias atividades que estavam previstas no programa.

Estas atividades estão referidas a políticas de concorrência, propriedade intelectual e investimentos, e em razão disso, e também sobre outras duas atividades que já haviam sido informadas a este Comitê, decidiu-se pela suspensão das mesmas, pela falta de recursos, e, baseados na sugestão de algumas Representações, acordou-se que três delas seriam consideradas na elaboração do programa de atividades para 2010. Elas estão relacionadas com os temas de Indústrias Criativas, Conhecimentos Tradicionais e Propriedade Intelectual, e o Grupo de Trabalho também considerou necessária a gestão oportuna por parte da Secretaria da cooperação externa para a realização dessas atividades. Falou-se, em princípio, da UNCTAD e de outros organismos internacionais para poder dar continuidade aos trabalhos iniciados pela Secretaria-Geral nestes temas.

Finalmente, houve uma solicitação da Secretaria-Geral para prorrogar a data de apresentação de um documento, de um estudo, também previsto no programa de atividades para 2009, sobre Compras Governamentais, que será apresentado pela Secretaria no mês de setembro.

Concluindo, senhor Presidente, estaríamos solicitando ao Comitê, por parte do Grupo de Trabalho, a consideração da convocatória desta reunião de Funcionários Governamentais Especializados em Serviços para poder realizar a reunião de 21 a 23 de outubro na sede da Associação. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Ministra. Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Somente para indicar que minha Representação, nos termos em que se apresenta, está de acordo, está em condições de aprová-lo. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Cuba. O Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Como Cuba, minha Representação está pronta para aprovar este acordo, se é que será tratado aqui. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. Alguém mais solicita a palavra? O Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Antes, gostaria de agradecer o relatório da Ministra Dora Rodríguez. Informo que nós estamos em condições de aprovar este acordo.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Ofereço a palavra à Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Visto que a agenda está concentrada na Resolução 72, simplesmente gostaria de recordar a este Comitê que a Venezuela fez uma reserva neste tema, não obstante, não temos problema que se convoque nos termos que está, mas simplesmente deixamos constância disso em ata.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Venezuela. Podemos, então, acordar a convocatória da reunião de funcionários especializados em serviços para os dias 21 a 23 de outubro, como sugerido pelo México. Estamos de acordo?

Então o projeto de acordo teria o número de 287. Muito obrigado.

“ACORDO 287

CONVOCATÓRIA DE UMA REUNIÃO DE FUNCIONÁRIOS
GOVERNAMENTAIS ESPECIALIZADOS EM SERVIÇOS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevidéu 1980, a Resolução 72 (XV) do Conselho de Ministros e a Resolução 338 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO A conveniência de contar com as contribuições de Funcionários Governamentais Especializados em Serviços dos países-membros da ALADI na organização dos trabalhos conducentes à implementação da Resolução 72 (XV); e

A necessidade de propiciar uma instância na qual sejam intercambiados pontos de vista e analisados os diferentes enfoques de negociação, bem como identificados os elementos para a conformação de um programa de trabalho em matéria de cooperação,

ACORDA:

PRIMERO.- Convocar uma Reunião de Funcionários Governamentais Especializados em Serviços, de 21 a 23 de outubro de 2009, na sede da Associação, com o objetivo de iniciar os trabalhos para a implementação da Resolução 72 (XV) do Conselho de Ministros.”

8. Assuntos diversos

...Passamos, então, ao último ponto de nossa agenda de hoje, assuntos diversos, e ofereço a palavra à Secretaria.

A Secretaria diz que não tem nada a falar, então, com isso, a ideia seria convocar a próxima reunião do Comitê para o dia 9 de setembro, que é quarta-feira. Estamos de acordo com 9 de setembro?

Tem a palavra a Representação do Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Salvo se houver urgência no tema do pessoal administrativo da ALADI.

PRESIDENTE. Muito bem lembrado; salvo urgência da Secretaria pela questão do orçamento, do Tribunal.

Muito obrigado. Encerra-se a sessão.
